

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. CONCEITO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DE ENFRENTAMENTO A CRIMES CONTRA A MULHER NO BRASIL ...</b>	<b>19</b>
2.1. Conceito de violência de gênero .....	19
2.2. Leis de cunho penal que tratam de questões voltadas ao gênero feminino.....	27
2.3. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	35
2.4. Notificação compulsória dos casos de suspeita ou comprovação de violência contra a mulher – Lei 13.931, de 10 de dezembro de 2019 .....	40
2.5. Violência institucional, “Lei Mariana Ferrer” e necessidade de implementação da disciplina Direito e Gênero nas Faculdades de Direito .....	46
2.6. Reflexos dos processos de crimes com violência de gênero no Direito do Trabalho.....	50
<b>3. CRIMES PRATICADOS NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 .....</b>	<b>53</b>
3.1. A constitucionalidade da Lei Maria da Penha e os motivos que levaram à resistência em relação à sua aplicabilidade.....	57
3.2. O afastamento da aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/1995 aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher .....	69
3.3. Aplicabilidade da Lei Maria da Penha (tipos de violência, contexto e destinatários) .....	75
3.3.1. Sujeito passivo mulher e a impossibilidade de aplicação ao gênero masculino .....	75
3.3.2. Relação de afeto e/ou parentesco e motivação de gênero .....	82

3.3.3.	Artigo 7º da Lei Maria da Penha: ilícitos cíveis, penais e medidas protetivas de urgência.....	97
3.3.4.	Natureza jurídica das medidas protetivas de urgência.....	100
3.4.	Obrigação do agressor de ressarcir os danos, inclusive o Sistema �nico de Saúde (SUS), bem como os gastos com dispositivos de segurança – Lei N� 13.871/2019.....	116
3.5.	Do impacto da lei de abuso de autoridade e a investiga�o de crimes contra mulheres.....	117
3.6.	Audiências de custódia em casos de violência doméstica e familiar contra mulheres.....	121
3.7.	Pena de multa aplicada de forma isolada.....	123
3.8.	Proibi�o de aplica�o de acordo de não persecus�o penal – ANPP.....	124
3.9.	Não aplica�o do juiz das garantias .....	125
3.10.	Principais tipos penais praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher .....	127
3.10.1.	Lesão Corporal e lesão corporal contra a mulher – artigo 129 do Código Penal - alterado pela Lei n� 14.188/21, que incluiu o � 13....	128
3.10.2.	Ameaça – artigo 147 do Código Penal.....	153
3.10.3.	Persegui�o – art. 147-A do Código Penal, incluído pela Lei n� 14.132/2021 .....	156
3.10.4.	Violência psicológica – art. 147-B do Código Penal, incluído pela Lei n� 14.188/21 e lesão corporal em decorrência de lesão � saúde mental da vítima – art. 129 do Código Penal .....	165
3.10.5.	Invasão de domicílio – artigo 150 do Código Penal.....	175
3.10.6.	Invasão virtual de domicílio e o delito de exposi�o da intimidade sexual – artigo 216-B do CP, incluído pela Lei n� 13.772/2018 .....	177
3.10.7.	Invasão de dispositivo informático – artigo 154-A do Código Penal .....	180
3.10.8.	Divulga�o de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – artigo 218-C do Código Penal, incluído pela Lei n� 13.718/2018 .....	184
3.10.9.	Dano – artigo 163 do Código Penal .....	191
3.10.9.1	Medida protetiva de urgência especialmente estabelecida para o caso de violência patrimonial .....	192
3.10.9.2	A�o penal nos crimes de dano e dependência financeira da mulher em situa�o de violência .....	192
3.10.9.3	Escusa Absolut�ria .....	195
3.10.10.	Descumprimento de medida protetiva de urgência – art. 24-A da LMP .....	196

3.11. Efeitos da reconciliação do casal, prosseguimento da ação penal e decreto condenatório .....	213
3.12. Lei 14.022/2020 – Medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência durante a emergência de saúde pública pelo surto de Covid-19.....	218
<b>4. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL .....</b>	<b>223</b>
4.1. Estupro – artigo 213 do Código Penal e estupro de vulnerável – artigo 217-A do Código Penal.....	236
4.2. Violação sexual mediante fraude – artigo 215 do Código Penal.....	290
4.3. Importunação sexual – art. 215-A do Código Penal.....	293
4.4. Assédio Sexual – artigo 216-A do Código Penal.....	303
4.5. Indução de menor à satisfação da lascívia de outrem – artigo 218 do Código Penal.....	313
4.6. Satisfação da lascívia mediante presença de criança ou de adolescente – artigo 218-A do Código Penal .....	316
4.7. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração de vulnerável – artigo 218-B do Código Penal.....	321
4.8. Mediação para servir à lascívia de outrem – artigo 227 do Código Penal.....	327
4.9. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – artigo 228 do Código Penal.....	329
4.10. Estabelecimento em que ocorra exploração sexual – artigo 229 do Código Penal .....	336
4.11. Rufianismo – artigo 230 do Código Penal.....	341
4.12. Ato obsceno e escrito ou objeto obsceno – artigos 233 e 234 do Código Penal.....	343
4.13. Tráfico de pessoas – artigo 149-A do Código Penal.....	346
<b>5. FEMINICÍDIO: LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.....</b>	<b>353</b>
5.1. Origem da Lei do Femicídio, objetivos da alteração legislativa e suas principais críticas.....	354
5.2. As três hipóteses de feminicídio previstas na Lei nº 13.104/2015.....	362
5.2.1. Femicídio decorrente de violência doméstica e familiar em razão da condição de sexo feminino .....	363
5.2.2. Femicídio em razão de menosprezo à condição feminina .....	364
5.2.3. Femicídio em razão de discriminação à condição feminina .....	366
5.3. Femicídio: o que não tem nome não existe.....	367

5.4.	A qualificadora do feminicídio é de natureza objetiva ou subjetiva?.....	372
5.4.1.	Posição 1: A qualificadora do feminicídio é de natureza subjetiva.....	373
5.4.2.	Posição 2: A qualificadora do feminicídio é de natureza objetiva.....	375
5.4.3.	Posição 3: A circunstância prevista no inciso I, § 2º-A, do artigo 121 do Código Penal (violência doméstica e familiar) é objetiva, e as previstas no inciso II, § 2º-A, do artigo 121 do Código Penal (menosprezo ou discriminação) são subjetivas.....	384
5.4.4.	Posicionamento da coautora Alice Bianchini, que difere do professado pelas outras coautoras Mariana Bazzo e Silvia Chakian.....	385
<b>6.</b>	<b>CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO .....</b>	<b>391</b>
6.1.	A construção dos direitos políticos das mulheres brasileiras: breve relato .....	391
6.2.	A definição legal de violência política de gênero no Brasil.....	395
6.3.	Crime de violência política de gênero .....	397
6.3.1.	O Crime previsto no art. 326-B do Código Eleitoral, inserido pela Lei 14.192/2021 .....	398
6.3.2.	Crime de violência política previsto no art. 359-P do Código Penal, incluído pela Lei 14.197/2021: uma abordagem a partir da sua incidência em casos de violência política contra a mulher ...	404
6.3.3.	Uma análise comparativa entre os tipos penais do art. 326-B do Código Eleitoral e o art. 359-P do Código Penal.....	407
6.3.4.	Questões procedimentais .....	409
6.4.	Precedente jurisprudencial.....	414
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>421</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>425</b>
	<b>ANEXO A – Recomendação nº 19 do Comitê CEDAW – Comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher .....</b>	<b>457</b>
	<b>ANEXO B – Recomendação nº 33 do comitê CEDAW – Comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher .....</b>	<b>461</b>
	<b>ANEXO C – Recomendação nº 35 do comitê CEDAW – Comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher .....</b>	<b>489</b>
	<b>ANEXO D – Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher .....</b>	<b>521</b>
	<b>ANEXO E – Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher .....</b>	<b>533</b>